

Novas perspectivas para antigas questões: revisitando a periodização da língua portuguesa*

Charlotte Galves (Campinas),
Cristiane Namiuti (Campinas),
Maria Clara Paixão de Sousa (Campinas).

1. Palavras iniciais

1.1 Apresentação

Neste artigo discutiremos a periodização da Língua Portuguesa, a partir da reflexão propiciada pelos resultados de uma extensa pesquisa sobre padrões sintáticos em textos representativos dos séculos 16 a 19.

Essa pesquisa partia do objetivo de localizar no tempo a emergência da gramática do Português Europeu Moderno, partindo do quadro da Teoria da Gramática Gerativa. Seu fundamento empírico foi a análise de um universo de 24.974 sentenças com clíticos a verbos finitos, pesquisados em 20 textos (851.619 palavras) escritos por autores nascidos entre os séculos 16 e 19¹. As flutuações nas taxas de ocorrência de determinados padrões sintáticos nesses textos, bem como a análise qualitativa das construções em seus contextos, permitiram identificar pontos de inflexão na diacronia da língua escrita ali representada. A questão central que se colocava, a partir daí, era interpretar esses fatos empíricos à luz de uma Teoria da Mudança Gramatical, buscando compreender de que forma os dados refletem alterações no plano das gramáticas.

Ao longo da pesquisa, enfrentamos os desafios que os estudos da mudança lingüística trazem para o quadro gerativista, mas também exploramos a renovação de perspectivas que a Teoria da Gramática possibilita aos estudos de mudança. Procuramos trilhar um caminho de mão-dupla: de um lado, partimos do patrimônio de conhecimento acumulado pela tradição dos estudos históricos sobre a língua portuguesa; de outro lado, buscamos reinterpretar essa tradição, à luz da reflexão propiciada pelo conceito de Gramática Internalizada e suas conseqüências na investigação das mudanças.

Nesse percurso, revisitamos a periodização da Língua Portuguesa; e sugerimos hoje uma nova divisão em etapas históricas, que se fundamenta nos resultados da análise exaustiva de padrões sintáticos a partir de nosso levantamento de dados e da comparação com os outros estudos (realizados tanto para as etapas históricas que o nosso corpus abrange, quanto as que ainda não são contempladas por ele)².

Aqui, apresentamos alguns resultados importantes da nossa investigação empírica; apontamos sua relevância para a interpretação das etapas gramaticais; e sugerimos os pontos de articulação entre as etapas gramaticais e a periodização da tradição histórica.

1.2. A periodização tradicional da língua portuguesa

□ Este trabalho é fruto das pesquisas do grupo de trabalho reunido desde 1998 na Universidade Estadual de Campinas, em torno do projeto “*Padrões Rítmicos, Fixação de Parâmetros e Mudança Lingüística*”. O projeto temático e as pesquisas individuais das autoras foram financiadas em parte pela FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo), e em parte pelo CNPq (Conselho Nacional de Pesquisa).

¹ Estes textos estão reunidos em forma digitalizada no “Corpus Anotado do Português Histórico Tycho Brahe”, e estão disponíveis na rede mundial de computadores. (<http://www.ime.usp.br/~tycho/corpus>).

² Outros estudos considerados: *Clíticos na História do Português*, Ana Maria Martins, 1994, Corpus de Documentos Notariais escritos entre 1250-1550; *Fronteamento de Constituintes no Português dos séculos XV, XVI, XVII*, Lúcia Parcero, 1999, corpus de Textos Literários escritos nos séculos 15 a 17; e *A sintaxe da ordem do português arcaico: o efeito V2*, Ilza Ribeiro, 1995, corpus de textos literários.

Na história da Língua Portuguesa têm sido reconhecidos diferentes períodos ou ciclos que se sucedem diacronicamente, e que se diferenciam por fatores “*internos*” (ou seja, pelas características lingüísticas documentadas nos textos) e “*externos*” (ou seja, pelo contexto histórico em que são produzidos os textos). Embora as periodizações sugeridas pela tradição dos estudos históricos se apresentem variadas a depender dos autores (*cf.*, entre outros, Said Ali, 1921; Cuesta e Luz, 1971; Teyssier, 1982; Huber, 1986; Castro, 1991; e Mattos e Silva, 1992 para um panorama), é possível reconhecer algumas delimitações amplas, como aqui resumimos em linhas gerais.

O primeiro período histórico que se costuma reconhecer é o *Português Arcaico*, a língua que se registra desde os primeiros documentos até fins da Idade Média. Seria, portanto, a língua representada nos manuscritos medievais de todo gênero (poéticos, notariais, históricos). É no século 16 que a tradição historiográfica do português localiza o divisor de águas principal na história da língua, separando a língua antiga da moderna³.

A grande parte da tradição reconhecerá, entretanto, que a língua representada nos textos clássicos portugueses não é ainda a língua portuguesa contemporânea. Este período intermediário entre o medieval e o contemporâneo foi chamado por muitos historiadores de *Português Clássico*, e incluiria textos quinhentistas tardios, textos seiscentistas e textos setecentistas.

Depois desta fase intermediária, costuma-se identificar no século 19 o momento em que a língua portuguesa contemporânea se estabelece nos textos: a escrita oitocentista já não registra os padrões característicos da fase clássica, e é próxima ao português da Europa hoje.

Os estudos pioneiros sobre a diacronia do português no quadro gerativista (*cf.* Martins 1994; Torres Morais, 1995; Ribeiro, 1996 entre outros) refletem, de certo modo, a periodização delineada pela tradição. De forma geral, esses estudos levaram em conta uma periodização em três grandes ciclos para a língua falada na Europa – o *Português Arcaico*, o *Português Clássico*, e o *Português Europeu Moderno* – além de reconhecer uma quarta variante, o *Português Brasileiro* (*cf.* Kato & Roberts, 1996 entre outros). Para os estudos gerativistas, um ciclo ou período será relevante quando compreendido como uma *gramática* diferente da anterior. Neste quadro, portanto, o problema da periodização remete a questões específicas que podem ser resumidas da seguinte forma:

(i) *Quais dos períodos tradicionalmente considerados correspondem efetivamente a etapas gramaticais?*

(ii) *Podemos datar precisamente as fronteiras entre as diferentes gramáticas assim definidas?*

Para reconhecermos a relevância da primeira pergunta, é preciso compreender antes de tudo como a teoria conceitua a “*Gramática*”, e como explica o evento da “*Mudança de Gramática*”. A questão da datação das mudanças, ou periodização, virá como consequência deste primeiro esclarecimento, e dependerá da metodologia adotada para investigar, à luz dos conceitos teóricos de gramática e mudança gramatical, os padrões lingüísticos documentados nos textos. É o que procuramos discutir resumidamente a seguir.

1.3. Teoria da Gramática & Mudança Lingüística

Na perspectiva gerativista, o conceito de Gramática remete à possibilidade de se gerarem as estruturas, e não (por exemplo) a determinado inventário de estruturas. Essas possibilidades são limitadas pela “*Gramática Universal*”, que faz parte das faculdades inatas do ser humano. A Gramática Universal oferece “*princípios*” imutáveis e “*parâmetros*” que podem ser especificados (ou “*fixados*”) diferentemente em gramáticas particulares – determinando, assim, os limites de variação entre gramáticas particulares (Chomsky e Lasnik 1993). Cada gramática particular, neste sentido, representa

³ Como exemplifica a afirmação de Said Ali: “*Tomando o século XII como início do português histórico, distinguiremos na evolução do idioma dois períodos principais: o do português antigo, que é a linguagem escrita usada até fins do século XV e ainda nos primeiros anos do século seguinte; e o do português moderno, que é a linguagem empregada dessa época em diante*” (Said Ali, 1921),

uma determinada parametrização dos princípios da Gramática Universal. A gramática do falante, na teoria gerativa, será uma entidade individual: uma gramática particular internalizada na mente do falante. As gramáticas individuais emergem nos falantes a partir da interação entre os princípios da Gramática Universal (ou seja, inatos) e experiência lingüística de cada falante (ou seja: os dados a que está exposto na fase de aquisição, produzidos pela geração anterior).

Neste quadro teórico, a Mudança Gramatical é uma função da relação entre a capacidade inata e a experiência lingüística vivenciada pelas sucessivas gerações de falantes. O estudo da mudança depende, fundamentalmente, de uma teoria de aquisição de linguagem. As perguntas centrais da teoria da mudança serão: “*Quais são as condições que levam, na aquisição, a determinada fixação paramétrica?*”; e “*Como e por que essas condições podem mudar, levando determinada geração a fixar um parâmetro de modo oposto ao que acontecia na geração anterior?*”.

Na investigação dessas questões, os estudos da mudança no quadro gerativo enfrentam alguns desafios metodológicos importantes. Para compreendê-los, é preciso salientar que neste quadro, a gramática é um objeto teórico, enquanto os dados de língua (i.e., a “língua externa”, em oposição à “língua interna”, ou gramática internalizada), são um objeto empírico a ser interpretado. Ao levantar hipóteses sobre gramáticas, os estudos gerativistas buscam interpretar teoricamente os dados da língua externa; e é crucial, aí, o acesso à intuição do falante em relação aos dados. Na metodologia das pesquisas gerativistas, portanto, conta-se com a intuição do falante como ferramenta central. Esta ferramenta, evidentemente, não está disponível para os estudos que se ocupam de etapas pretéritas das línguas. Nos estudos históricos, será apenas a partir das *pistas* reveladas pela documentação da língua externa, (ou seja, pelos textos escritos) que a pesquisa poderá chegar a compreender a que marcação paramétrica corresponde um determinado conjunto de dados.

Os dados documentados relativos a mudanças apresentam-se, tipicamente, como dados de variação entre formas antigas e formas novas nos textos. Note-se, entretanto, que quando se admite que a mudança de uma gramática para outra envolve a fixação (ou “marcação”) diferente dos parâmetros via aquisição da linguagem pela criança, esta mudança deverá ser conceituada, por necessidade teórica, como um evento abrupto (sendo os parâmetros valores binários); é o que salienta, entre outros, Lightfoot (1999).

Temos então um aparente paradoxo: a mudança gramatical, em tese um evento abrupto, manifesta-se nos dados como um evento de variação gradual. Assim, a interpretação dos dados históricos num estudo de mudança gramatical precisa contar com um quadro metodológico que permita abordar o problema da *variação diacrônica*.

Em nosso estudo, partimos do quadro delineado a partir de Kroch (1989), que salienta que a variação nos textos não se deve confundir com variação nas gramáticas. Ou seja: as mudanças nas línguas, instanciadas nos documentos históricos como variação gradual, são *reflexos* de mudanças gramaticais que podem ocorrer de modo abrupto. Nos casos de mudança gramatical, poderemos observar que a variação entre a forma antiga e a forma nova nos textos resulta no estabelecimento da nova forma na língua. Esta variação entre formas antigas e novas na linha do tempo (a variação *diacrônica*), em alguns casos, não pode ser conceituada como uma “oscilação” produzida por uma única gramática particular. Ao contrário, cada forma parece corresponder a diferentes fixações de um parâmetro. Nestes casos, a variação nos textos pode ser compreendida como fruto da convivência, no plano do uso, de formas geradas por diferentes gramáticas. É o que Kroch (1994) chama de “*Competição de Gramáticas*”, processo no qual as formas antigas são gradualmente expulsas do uso pelas formas inovadoras.

No que concerne especificamente o problema da identificação de etapas gramaticais, ou a periodização, a contribuição central do conceito de Competição de Gramáticas é a idéia de que a emergência de uma nova gramática será identificada pelo *surgimento* de formas novas nos dados. Por algum tempo, estas formas novas poderão se apresentar em convivência (ou competição) com as formas antigas; mas as formas antigas, nesses casos, representam resquícios dos padrões produzidos pela gramática antiga. Crucialmente, portanto, este padrão de variação no plano do uso escrito já pode ser interpretado como resultado da emergência de uma nova gramática no plano da oralidade.

A periodização que estamos propondo parte dessa idéia; procuramos identificar, nos padrões de frequência de ocorrência atestados em cada época, evidências que indiquem a emergência de novas gramáticas. Nesses pontos de inflexão, dataremos o início de um novo ciclo da língua.

Por fim, será fundamental salientar que o conceito de mudança gramatical assim delineado tem uma conseqüência sobre o próprio critério de datação dos dados lingüísticos a serem pesquisados. Se a emergência de uma nova gramática é compreendida como parte do processo de aquisição da língua, um critério de datação relevante a se seguir será não a data em que um texto foi escrito, mas sobretudo a data em que nasce o autor do texto. Em nosso estudo, partimos desse critério da “*geração biológica*” para classificar diacronicamente os autores estudados. A conseqüência mais evidente desta escolha é que, em nossas quantificações de seqüência, os padrões das tendências de ocorrência podem se apresentar “*adiantados*” em relação a estudos que levem em conta exclusivamente a data de produção dos textos. Mais adiante, voltamos a discutir este interessante problema.

1.4 Uma proposta para repensar a periodização

Na periodização da história da língua portuguesa que propomos aqui, há dois pontos de inflexão que correspondem ao surgimento de novas gramáticas: a fronteira entre os séculos 14-15, e o início do século 18.

Consideramos que os primeiros documentos escritos do português correspondem à gramática do Português Arcaico. Mas o primeiro ponto de inflexão de nossa periodização estaria situado já na virada entre os séculos 14 e 15, e corresponderia à emergência de uma gramática a que denominamos o Português Médio. A segunda inflexão se situa no início do século 18, e corresponderia à emergência da gramática do Português Europeu Moderno (isto, no que respeita a língua falada na Europa; paralelamente, além disso, uma outra gramática há de ser reconhecida – o Português Brasileiro, a que nos voltamos no final).

Consideramos portanto três fases ou períodos principais para a língua em Portugal: o *Português Arcaico*, o *Português Médio*, e o *Português Europeu Moderno*. A perspectiva tradicional, lembremos, reconhece também três períodos principais na história da língua: o *Arcaico*, o *Clássico*, e o *Moderno*. Mas, crucialmente, os pontos de inflexão entre os períodos em nossa abordagem não coincidem com a periodização tradicional.

Assim, a partir de meados do século 14 já reconhecemos a gramática média, enquanto uma perspectiva tradicional trata-se, ainda, do período arcaico; de outro lado, no século 18 já identificamos a gramática do português europeu moderno, enquanto a tradição marca o início do português contemporâneo só no século seguinte. Essas diferenças podem ser explicadas, em boa medida, pelo fato de que na periodização que propomos, importa o momento do surgimento das novas formas, enquanto na periodização tradicional importa o momento do desaparecimento das formas antigas. Procuramos discutir esta questão na *seção 3*.

O principal fator que distingue a nossa proposta, em resumo, é a idéia dessa gramática “*intermediária*” (portanto distinta do português antigo de um lado, e das variantes modernas de outro lado), que emergiria já nos meados do período medieval, e estaria ainda ativa ao longo do século 17. A seguir, na *seção 2*, apresentamos resumidamente nosso trabalho sobre aspectos da sintaxe de textos portugueses que nos parecem evidenciar as etapas gramaticais que aqui delineamos.

2. A Sintaxe dos clíticos pronominais na Diacronia do Português

2.1 Aspectos gerais

Os estudos da mudança no quadro gerativo se fundamentam, como mencionamos, na investigação da variação diacrônica. Neste processo, é preciso que se identifiquem aspectos lingüísticos que favoreçam a elaboração de hipóteses sobre gramáticas. Um desses aspectos lingüísticos é a ordem de palavras:

pela variação superficial da ordem, é possível chegar a hipóteses importantes sobre as gramáticas, uma vez que a ordem linear dos termos é reveladora da estrutura dos núcleos funcionais da frase abstrata. No caso da Língua Portuguesa, a ordem relativa entre os verbos e os pronomes átonos (ou clíticos) tem sido um *locus* privilegiado de investigações gramaticais (diacrônicas e sincrônicas).

Dois aspectos da sintaxe dos clíticos pronominais se destacam pelas alterações de padrão na diacronia do português: a interpolação e a ordem relativa clítico-verbo. Nesta seção, apresentamos resultados de nossas pesquisas sobre estes dois temas, e suas conseqüências para a história da língua. Resumidamente, iremos fazer referência à análise de Namiuti (2004 e em curso) sobre a interpolação, e à de Galves, Britto e Paixão de Sousa (2005) sobre a variação ênclises *versus* próclises. Nos dois casos, encontramos fundamentos empíricos para a hipótese de periodização que apresentamos aqui.

A interpolação é a construção na qual o clítico pronominal não se apresenta contíguo ao verbo – ou noutros termos, na qual um outro constituinte sintático se “interpola” entre o pronome e o verbo. Trata-se de uma construção característica dos textos mais antigos do português (bem como do romance ibérico em geral, *cf.* Rivero, 1994, 1997 entre outros):

(1)

*E não faltou quem murmurasse de António de Almeida, havendo que vinha peitado dos Castelhanos, porque trazia peças, e brincos, **que lhe eles deram**.* (Couto, 1542)

A interpolação de sujeitos, frases preposicionais, advérbios, etc., foi atestada robustamente nos textos de 1200 a 1400 (*cf.* Martins, 1994), mas já é marginal nos textos seiscentistas. A interpolação da negação, porém, é ainda atestada no português europeu moderno.

Para os estudos gerativistas, a não-contigüidade dos clíticos em relação ao verbo é reveladora da independência dessas partículas em relação ao núcleo funcional de flexão do verbo. Trata-se, portanto, de uma construção crucial para a interpretação da estrutura abstrata da sentença.

A ordem relativa entre os clíticos e o verbo também pode ser reveladora da estrutura abstrata. A possibilidade da ênclise (ordem relativa Verbo-clítico) ou da próclise (ordem relativa clítico-Verbo), combinada com outros fatores da gramática portuguesa, traz indícios da posição do verbo e dos demais constituintes da sentença abstrata. Na diacronia do português, as duas ordens se apresentam em variação em determinados contextos sintáticos nos quais a variação já não é possível na língua moderna (tais sejam, sentenças raízes afirmativas nas quais o verbo é precedido de um sujeito referencial, uma frase preposicional ou certos advérbios⁴):

(2)

a) *O espírito é como vento, com o mesmo com que uns vão para cima, vão outros para baixo; **eu acho-me** bem em caminhos chãos, ainda que me seja preciso vadear serras e meter debaixo dos pés os montes* (Chagas, 1631).

b) ***Ele me disse** que pasmava como **lhe** abastava o que tinha* (Sousa, 1554)

Nesses contextos, a ênclise é categórica no Português Europeu Moderno (PE). A próclise predomina nos textos anteriores ao PE, ou seja, escritos entre 1400-1700; nos textos mais antigos, escritos entre 1200-1400, a ênclise era a opção predominante (*cf.* Ribeiro 1996, Martins 1994). Os dados mostram, portanto, a passagem de um padrão enclítico para um padrão proclítico; e em seguida, a passagem deste padrão proclítico para um padrão enclítico (que se torna categórico).

Interpretar esses dois momentos de inflexão tem sido desafiante para diferentes pesquisas. Ao contrário do que acontece com a interpolação, no caso da variação ênclises *versus* próclises não é evidente saber se as opções superficiais em variação correspondem a diferentes padrões gramaticais, ou a opções sintáticas possíveis em uma mesma gramática (como exploramos em detalhe em Galves, Britto e Paixão de Sousa, 2005).

Uma reflexão conjunta sobre os resultados das pesquisas sobre a interpolação e sobre a variação ênclises *versus* próclises nos permite identificar dois fatos fundamentais. No que respeita a sintaxe da interpolação, há diferenças importantes entre os textos medievais e os textos representativos dos

⁴ Para uma descrição detalhada dos ambientes de variação diacrônica entre ênclises e próclises, remetemos a Galves, Britto e Paixão de Sousa, 2005.

séculos 16 e 17. No que respeita a sintaxe da posição relativa verbo-clítico, há diferenças importantes entre os textos representativos dos séculos 16 e 17 e os textos representativos do século 18 em diante. Ou seja, crucialmente, observamos uma etapa intermediária entre os padrões de colocação pronominal tipicamente arcaicos e os padrões tipicamente modernos; é o que detalhamos a seguir.

2.2 A interpolação

A interpolação de constituintes entre o clítico e o verbo é um fenômeno frequente no português antigo e torna-se obsoleto no português europeu moderno, como vêm atestando diversos estudos. Aqui mostraremos alguns fatos empíricos relevantes para a compreensão das mudanças sintáticas iniciadas no século 15 e concluídas no século 16, e que são revelados por três pontos cruciais quanto à sintaxe da interpolação: i) A natureza do elemento interpolado (neg e outros); ii) O contexto de ocorrência (raízes ou dependentes); iii) A ordem linear (contiguidade em relação ao elemento subordinante). Cada um destes pontos é explorado a seguir, com base no que propõe Namiuti (2004 e em curso).

2.2.1 A natureza do elemento interpolado

Os estudos sobre a interpolação na diacronia do português (cf. Martins 1994; Torres Morais, 1995; Ribeiro, 1996, entre outros) têm mostrado que há um grande leque de elementos que podem ocorrer interpolados nos documentos produzidos entre o século 13 e 16. Segundo Martins (1994), neste período qualquer constituinte que pudesse ocupar na oração uma posição pré-verbal podia se interpolar entre o clítico e o verbo:

(3)

- | | |
|---|---|
| a) o advérbio de negação: | " <i>que me <u>nom</u> n~ebram</i> (1268)"
(cf. Martins, 1994:162#1) |
| b) o sujeito: | " <i>Isto que <u>lhes eu</u> mado</i> (1275)"
(cf. Martins, 1994:171#163) |
| c) um sintagma preposicional: | " <i>asi como a <u>atá aqui</u> derõ</i> (1295)"
(cf. Martins, 1994:167#108) |
| d) um sintagma adverbial: | " <i>quando <u>uos ora</u> fez merçee</i> (1342)"
(cf. Martins, 1994:165#64) |
| e) o objeto direto: | " <i>que diga <u>lhj eu</u> alguma cousa diuia</i> (1275)"
(cf. Martins, 1994:174#223) |
| f) objeto indireto: | " <i>que as <u>ao dicto Monsteiro</u> deuiã Alg~uas pessoas</i> (1357)"
(cf. Martins, 1994:175#232) |
| g) um núcleo predicativo de natureza adjetival: | " <i>de todollos adubyos que <u>lhes compridoiros e neçesareos</u> forem</i> (1476)"
(cf. Martins, 1994:175#235) |
| h) um particípio passado: | " <i>que <u>lhys Assi escambhados</u> Auyã</i> (1383)"
(cf. Martins, 1994:175#244) |
| i) o infinitivo: | " <i>e sse os <u>dar nõ</u> quysser</i> (1292)"
(cf. Martins, 1994:177#246) |
| j) mais de um constituinte: | " <i>quanto as <u>eu mays</u> pudj u~ender</i> (1277)"
(cf. Martins, 1994:179#263) |
| l) um constituinte de redobro do clítico: | " <i>asi como les a <u>elles</u> semellaua</i> "
(cf. Martins, 1994:178#258) |

- m) um quantificador: "E prometo a *m-y tabaliam* (...) de **lho todo** comprar e manther (1532)"
(cf. Martins, 1994:178#260)
- n) um vocativo: "pois **vo-l' eu, senhor**, non mereci."
(cf. Martins, 1994:178#261)
- o) uma oração reduzida: "dos sobredictos autos que **se presente m~j tabaliam** pasarã"(1472)"
(cf. Martins, 1994:178#262)

No *Corpus Anotado do Português Histórico Tycho Brahe*, o advérbio de negação "não" é frequentemente interpolado. Porém, a interpolação de outros constituintes é atestada muito raramente, e apenas nos textos dos autores *nascidos* no século 16. Ao compararmos as frequências em que a interpolação se registra nos diferentes corpora em diferentes épocas chegamos ao seguinte resultado⁵:

Figura 1. A interpolação de constituintes generalizados do predicado: C-cl-X-V

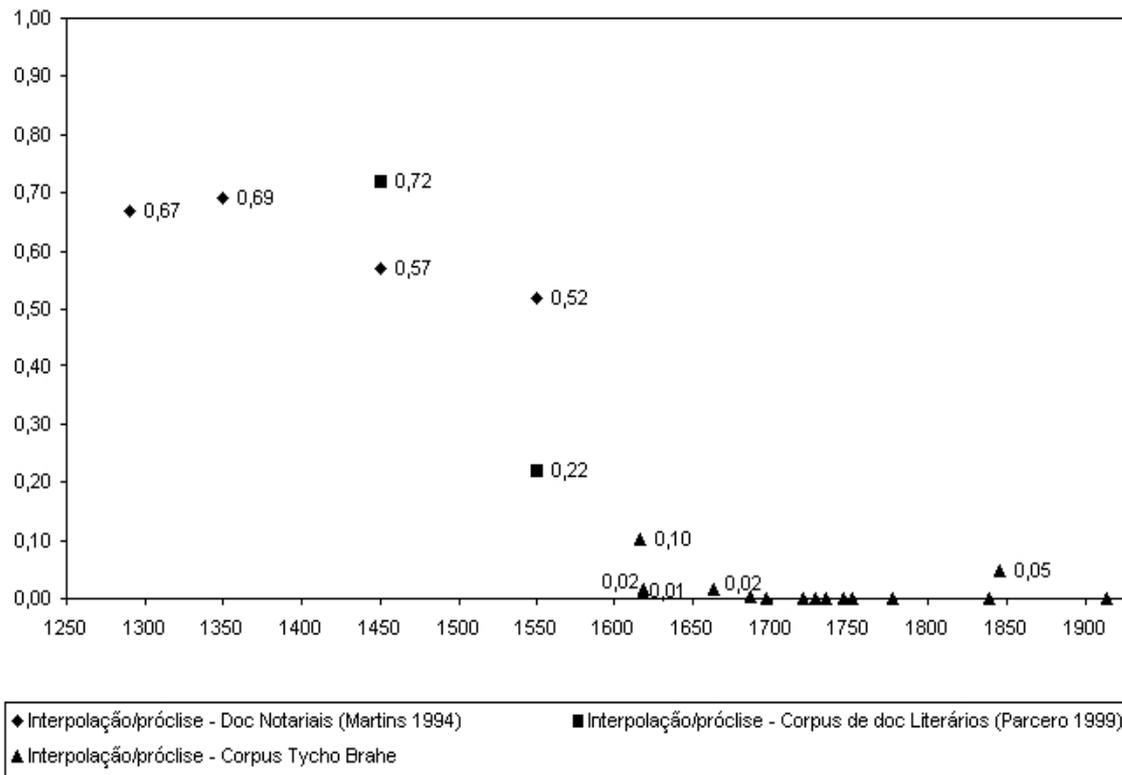
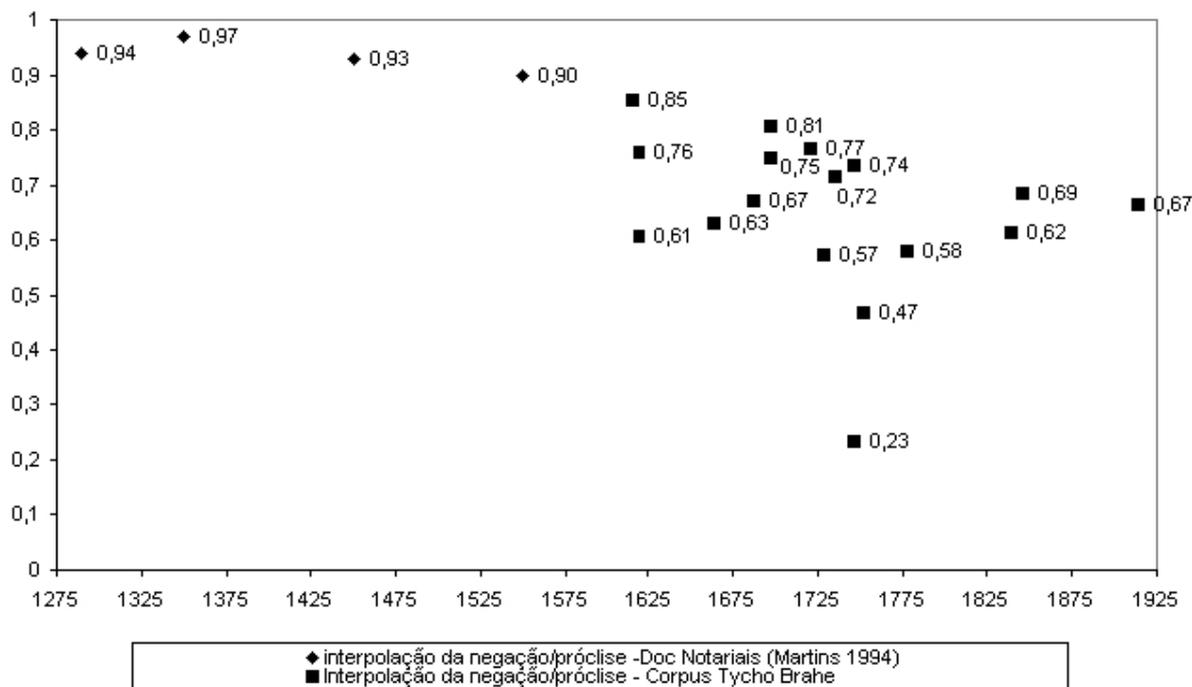


Figura 2. A interpolação da negação: C-cl-neg-V

⁵ Cabe salientar que existem duas diferenças quanto às datas consideradas nos diferentes corpora: i) enquanto procuramos considerar a data de nascimento do autor, os demais corpora consideram a data de produção dos textos, como já mencionamos; ii) enquanto agrupamos os dados individualmente por texto os demais corpora agrupam por século ou meio século. A fim de ajustar a defasagem de mais ou menos cinquenta anos e tornar os dados comparáveis, consideramos na análise quantitativa representada na figuras 1 e na figura 2 as datas de *produção* dos textos.



Resumidamente, os textos produzidos entre o século 13 e 15 apresentam o fenômeno da interpolação, tanto da negação quanto dos outros constituintes, de maneira expressiva. Em contraste, os textos produzidos nos séculos 16 e 17 apresentam poucos casos de interpolação de constituintes diferentes de “não”. A interpolação de constituintes generalizados do predicado desaparece dos textos de maneira gradual, enquanto a interpolação de “não” continua a ser registrada até nos textos escritos no século 19.

2.2.2 Os contextos de ocorrência

Os estudos sobre o Português Arcaico afirmaram que neste período, a interpolação só é possível em contextos de próclise obrigatória (contextos de subordinação, ou orações matrizes introduzidas por operadores e outros “proclizadores”): “a interpolação ocorre quando o clítico, para além de ter colocação pré verbal, tem-na necessariamente. A interpolação não se atesta em contextos de anteposição opcional” (Martins, 1994:186). Isso se aplicaria mesmo quando o constituinte interpolado é, ele mesmo, um constituinte capaz de provocar anteposição obrigatória do clítico (por exemplo, a negação); nesses casos, outro “proclizador” deve introduzir a oração:

(4)

que me nom n~ebram (NO, 1268) (Martins, 1994:189)

Entretanto, a pesquisa de Namiuti (2004) com base no *Corpus Tycho Brahe* revelou que nestes textos instancia-se uma sintaxe peculiar para a interpolação da negação: ela passa a ser encontrada também em orações raízes neutras. Esta possibilidade é atestada até nos textos dos autores nascidos na primeira metade do século 17:

(5)

a) *E , pelo ElRei Dom João o III querer casar, e ele não querer, lhe não deram satisfação de seus serviços ... (Couto-1548)*

b) *Dom Manoel de Lima o não quiz ouvir naquele negócio , dizendo-lhe , que era filho mais velho de seu pai ... (Couto-1548).*

c) "João de Guimarães **se** não carteia com esta embaixada há muitos correios/, (...)" (Vieira, cartas-1608)

d) *Das mais cousas, de que seria útil a informação desta terra, também a experiência será arte para que facilmente se conheça; e eu me não quero meter em trinchar iguarias, que me não atrevera a provar.* (Chagas-1631)

e) *E o Senhor a não castigue por ela.* (Garrett - 1799)

De fato, também no corpus de documentos notariais de Martins (1994), e em outros corpora sobre o período medieval, encontram-se casos de interpolação da negação em contextos não-dependentes neutros, nos textos escritos a partir de fins do século 15:

(6)

a) *e durante ho tempo das ditas tres vidas lho nom possam tolher* (1496) (Martins, 1994:189)

b) *e nom pagando elles emprazadores e pessoa depos elles a dicta pemsam (...) que o dicto dom prior e seus ssobçessores os mandem por ella penhorar em seus b~ees moueis e de rraiz (...) e elles emprazadores lhes nõ toljerã os penhores e nõ faram outro feu nem foro a outra nenh~ua pessoa* (1509) (Martins, 1994:189)

O surgimento deste novo padrão – a interpolação da negação em contextos não-dependentes neutros – é um dos fatores que tomamos como indicadores de uma inflexão na sintaxe dos clíticos ao redor dos 1400, conforme exploramos mais adiante.

2.2.3. A ordem linear (contigüidade em relação ao elemento subordinante).

A contigüidade entre o clítico e a conjunção que provoca sua anteposição é preferencial no Português Arcaico, segundo os principais estudos. Martins (1994), por exemplo, lembra que Mattos e Silva (1989) considera que neste período os enunciados subordinados, além de próclise constante, são caracterizados por contigüidade do pronome complemento ao elemento subordinante na grande maioria dos casos. Segundo essa autora, esta seria a razão pela qual a interpolação é preferida no período medieval; noutros termos, os constituintes em posição pré-verbal se intercalam entre o pronome e o verbo a fim de manter a contigüidade do elemento subordinante com o clítico. Assim, no português arcaico, a ordem preferencial é a que apresenta contigüidade:

(7)

... que lhe êle não quiz dar , ... (Couto-1542)

Este padrão linear, entretanto, irá ceder lugar à possibilidade da não-contigüidade entre o subordinante e o clítico, como exemplificam os seguintes casos atestados por Namiuti (2004) no *Corpus Tycho Brahe*:

(8)

a) *Que, na verdade, me não maravilha pouco ...*" (Sousa -1556)

b) *"... e como os amantes, para encarecer, se não contentam com pouco, ..."* (Lobo -1579")

c) *"O segundo é que, se caídes em algum êrro, vos não envergonheis, ..."* (Chagas –1631)

d) *"Buscamos a Deus quando o mundo nos não busca; ..."* (Aires –1705)

e) *Êste conselho houvera Dom Christovão de tomar em princípio, tanto que se ajuntou com a Rainha , e segurar-se em parte , que os inimigos o não pudessem cercar , até se ajuntar com o Imperador , e da serra pudera sair a dar todos os assaltos que quizera .* (Couto - 1548)

Vemos na figura 3 abaixo) que, ao compararmos a frequência “conectivo/subordinativo-cl- neg-V” com a seqüência não contígua “conectivo/subordinativo-X-cl-neg-V (“...que **lhe** não convinha ter seu tio Mealecan no seu Reino ... (Couto_1548)” vs “...que os inimigos o não pudessem cercar ... (Couto_1548)” – frequência indicada pelo losango preenchido), a seqüência com o clítico adjacente ao

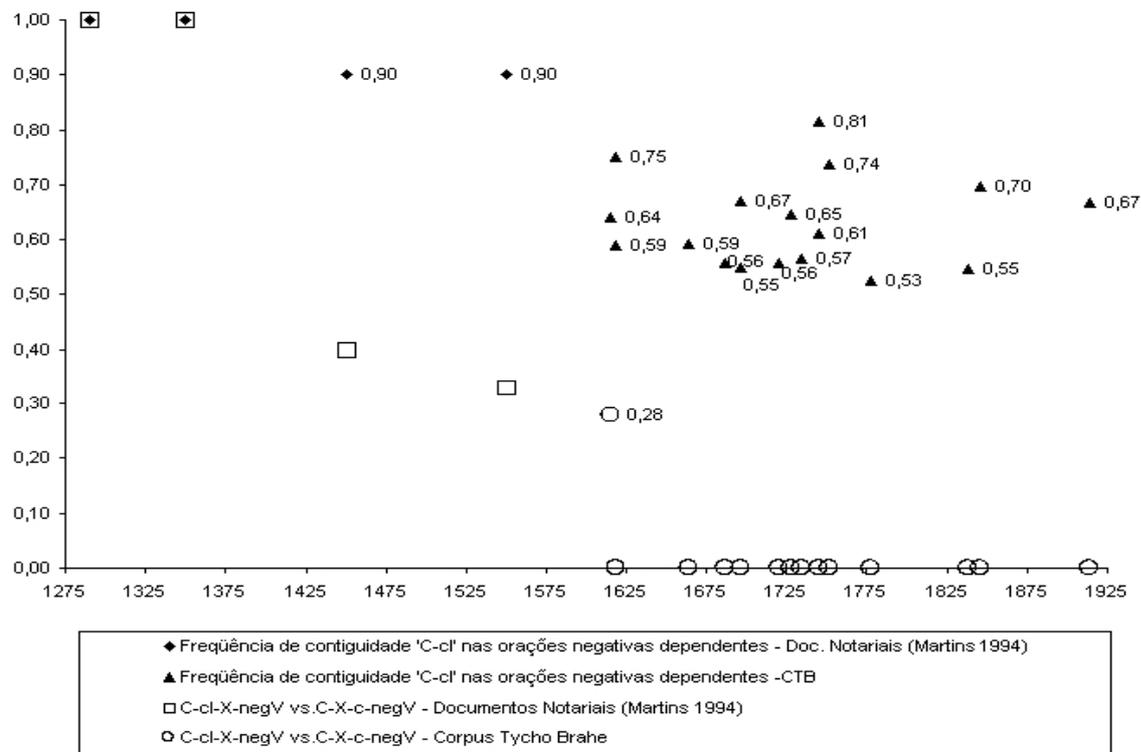
subordinante deixa de ser “categórica” nos textos produzidos nos anos de 1400, e sua preferência é ainda menor nos textos produzidas a partir da segunda metade do século 16.

Entretanto, a argumentação que vem sendo explorada em torno da negação na história do português traz fortes evidências para considerar este elemento um clítico (ver Martins, 1994, 1997, Muidine, 2000 e Namiuti, 2004)⁶. Se assim for, a próclise sem nenhum outro elemento diferente da negação interferindo na adjacência “*C-cl-neg-V*” é ambígua, ou seja, gramaticalmente possível tanto na gramática arcaica que tem um clítico independente da morfologia verbal (evidenciado pela possibilidade da interpolação de outros constituintes diferentes da negação), quanto na gramática média (com o clítico dependente da morfologia do verbo).

Na tentativa de eliminar a referida ambigüidade estrutural das sentenças, consideramos ainda um outro conjunto de dados. Desta vez comparamos as sentenças com um X pré-verbal “*conectivo/subordinativo-cl-X-neg-V*” vs “*conectivo/subordinativo-X-cl-neg-V*” (“...e certo que **se lhe ElRei** não mandára sucessor ... (Couto_1548)” vs “... que **até o Prior dos Agostinhos , seu Confessor , o** não pôde sofrer ... (Couto_1548)”). Em outras palavras, medimos a interpolação vs fronteamto de X nas sentenças em que **neg** está também interpolado. Nesta comparação podemos ver claramente a substituição de uma forma pela outra no gráfico. (*Figura 3*- freqüência indicada com quadrado vazio)

⁶ Segundo Namiuti (doutorado em curso), a negação, apesar de ser considerada como um advérbio do tipo “operador” e estar entre os elementos que desencadeiam a próclise obrigatória, comporta-se de maneira bastante diferente dos demais advérbios proclisadores (ex.: logo, já ...): i) “*não*” sempre ocorreu alinhado à esquerda do verbo com a adjacência absoluta (de acordo com Martins, 1997, somente os pronomes clíticos podem se interpor entre a negação e o verbo); ii) nos textos mais antigos a interpolação da negação chega a quase 100% nas orações encaixadas, nenhum outro elemento, mesmo os advérbios proclisadores ou o sujeito foi tão categoricamente interpolado no PA; iii) segundo Martins, 1994 (entre outros, também Namiuti 2004) a ordem “*NEG-cl-X-V*” nunca foi atestada enquanto que “*advérbio-cl-X-V*” era possível no PA. Ou seja, apesar de neg sempre ter sido um elemento invariavelmente proclisador, jamais foi capaz de condicionar a interpolação de outros constituintes, além de ser o elemento preferido para ser interpolado; iv) Muidine, 2000, atesta que a colocação dos pronomes fracos *hy* e *en(de)* não é influenciada pela negação. Os pronomes fonologicamente deficientes “*hy*” e “*en(de)*” tem colocação pós verbal nas orações não dependentes “*neutras*” negativas, enquanto que outros advérbios condicionam a próclise destes pronomes deficientes.

Figura 3 *Frequência de contigüidade do clítico ao elemento subordinante em estruturas com interpolação.*



Contrapondo os dois conjuntos de dados da figura acima constatamos que a possibilidade da não-contigüidade nas estruturas com interpolação da negação torna-se presente justamente no século 15, quando, os primeiros casos de interpolação da negação em orações não dependentes neutras são encontrados nos textos. Os dois fatos somados sugerem que se trata dos indícios de uma nova gramática nos textos. Apesar de ainda se atestar neste século a interpolação de outros constituintes do sintagma verbal, esta está em vias de desaparecer (como vimos na figura 1).

2.2.4 O fenômeno da interpolação e sua relação com a periodização

Com base nos dados aqui apresentados, pode-se concluir que há dois fenômenos envolvidos no que tradicionalmente chamamos de “*interpolação*”. Resumimos, a seguir, a análise desenvolvida por Namiuti (em curso), no que toca especificamente suas conseqüências para a questão da periodização da língua.

De um lado, a interpolação de constituintes generalizados do sintagma verbal é própria das orações dependentes, com contigüidade (C-cl). Esse fenômeno reflete a preferência do clítico por uma posição adjacente à conjunção subordinante, e é característico da gramática arcaica – e não da gramática média. Os poucos casos que se atestam nos textos até o início do século 16 são resquícios da gramática mais antiga, como efeitos da competição de gramáticas.

De outro lado, a interpolação da negação é conseqüência do caráter clítico da negação em relação ao verbo – e isso se aplica tanto à gramática arcaica, como à gramática média. Seu aparecimento em contextos não-dependentes e a possibilidade da não-contigüidade entre o clítico e o elemento subordinante evidenciam este caráter peculiar da negação. A propriedade clítica da negação é que teria possibilitado que este elemento continuasse a ser interpolado entre o clítico e o verbo, mesmo na gramática do Português Médio.

2.3. A variação ênclise vs. próclise

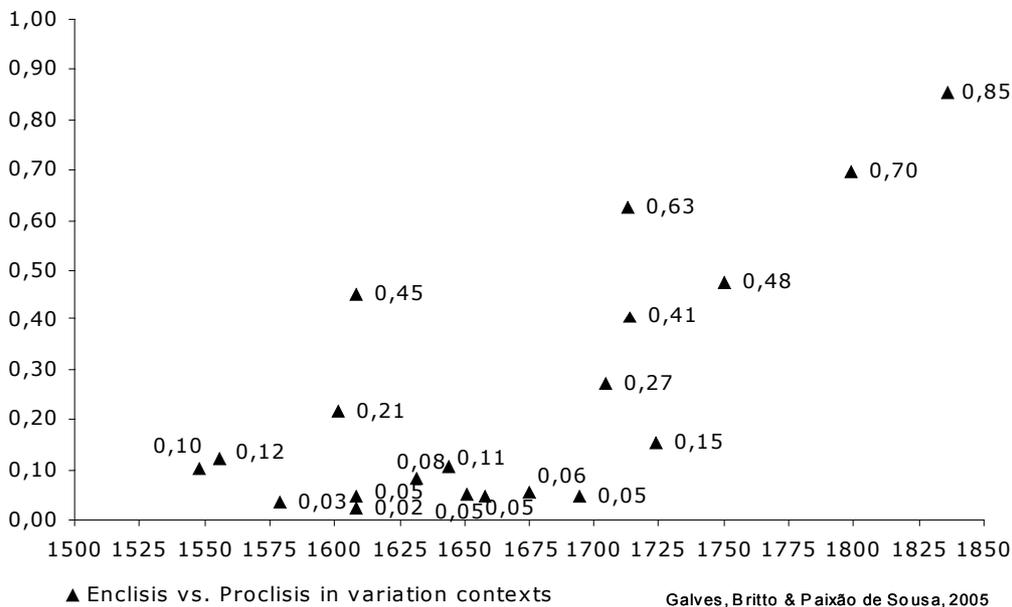
A seguir, vamos resumir alguns aspectos principais da pesquisa sobre a variação ênclises *versus* próclises nos textos do “*português clássico*” com base no Corpus Tycho Brahe, relatada por Galves, Britto e Paixão de Sousa (2005) (doravante GBPS), e salientar suas repercussões para a questão da periodização. Como veremos, a análise detalhada dos dados de variação indica que na virada do século 18, há sinais da emergência de uma nova gramática, o PE moderno.

2.3.1. A flutuação nas taxas de variação

Como já mencionamos brevemente em 2.1, na diacronia do português observam-se três etapas quanto à proporção relativa de ênclises e próclises nos contextos de variação. Numa primeira etapa, entre os anos 1200 e 1400, a ênclise predomina sobre a próclise (*cf.* Martins, 1994 e Ribeiro, 1996); já nos anos 1500 e 1600, a próclise é a opção generalizada, enquanto no português europeu contemporâneo, a ênclise é categórica nestes contextos. A localização temporal da passagem do padrão proclítico característico dos 1500 para o padrão enclítico moderno era, entretanto, uma questão ainda controversa na literatura; alguns estudos consideravam o início do século 17 como o momento da mudança, enquanto outros a localizavam em meados do século 18 (*cf.* as propostas de Martins, 1994 e de Galves e Galves, 1995).

GBPS explora este problema, partindo da análise de uma quantidade inédita de dados. Como resultado, chegam a um retrato mais extenso da variação, tal como representado na Figura 4 abaixo⁷.

Figura 4 Ênclises versus Próclises em contexto SV,
em textos escritos por autores nascidos entre os séculos 16 e 19 (Corpus Tycho Brahe).



Os dados mostram que os textos escritos por autores nascidos nos séculos 16 e 17 apresentam, ainda, uma predominância da próclise (sendo a taxa relativa de ênclises, na grande maioria dos textos, inferior a 15%); entretanto, há exceções notáveis, representadas pelo texto de Manuel da Costa (n.

⁷ Observe-se que na Figura 4 os textos estão agrupados conforme a data de nascimento dos autores, seguindo as premissas que já delineamos na seção 2 mais acima.

1601) e pelo texto de Antonio Vieira (os *Sermões*), nascido em 1608. A partir dos primeiros autores nascidos nos 1700, entretanto, a tendência de crescimento da taxa relativa de ênclises se mostrou bastante clara.

Restava, entretanto, explicar a frequência relativamente elevada de ênclises em alguns dos textos seiscentistas. De um lado, este padrão enclítico poderia ser interpretado como evidência de que a gramática moderna do PE está já representada nestes textos (como defendido por Martins, 1994). De outro lado, é preciso lembrar que, embora sejam raras nos textos quinhentistas já pesquisados, as construções com ênclises nos contextos de variação diacrônica não são impossíveis quer na gramática arcaica, quer na sintaxe assim chamada “*clássica*”⁸.

Desta forma, o elevado uso de ênclise em um texto seiscentista pode tanto ser interpretado como antecipação de uma tendência moderna, como conservação de um padrão antigo. Essa distinção dependerá, fundamentalmente, da interpretação estrutural que se atribua às construções com ênclises nestes textos – uma vez que consideramos que a ênclise arcaica não resulta dos mesmos condicionamentos abstratos da ênclise moderna no português.

Foi justamente a análise detida das construções enclíticas atestadas nos *Sermões* de Vieira que levou GBPS, com base em Galves (2002), a um caminho interessante para compreender o padrão seiscentista de escrita. Esta análise traz evidência de que a ênclise nesses textos é compatível com uma estrutura possível na gramática média, e não deve receber a mesma análise estrutural que cabe à ênclise da gramática moderna.

2.3.2. A variação em contexto

GBPS compara o contexto textual das construções com ênclises em dois textos representativos: Os *Sermões* de António Vieira (n.1608), com 54% de ênclises *versus* próclises em sentenças raízes introduzidas por sujeitos neutros; e as Cartas da marquesa de Alorna (n. 1750), com 51% de ênclises *versus* próclises no mesmo ambiente. As autoras mostram que taxas semelhantes escondem padrões sintáticos diferentes.

Nos sermões de Vieira; como já mencionamos, a proporção de ênclises é elevada em relação aos textos contemporâneos – e isso inclui um segundo texto do mesmo autor, as *Cartas*, nas quais a próclise é categórica no contexto SV. Ao analisar as ocorrências de ênclise nos *Sermões*, pode-se perceber que esse padrão se explica por condicionamentos estilísticos que emergem robustamente no texto, e são compatíveis com a sintaxe subjacente aos demais textos da época em sua análise. Observem-se os seguintes casos:

(9)

a) *Elles **conheciam-se**, como homens, Christo **conhecia-os**, como Deus.* [p. 125]

b) *Deus **julgam-nos** a nós por nós; os homens **julgam-nos** a nós por si.* [p. 170].

c) *Comparada, porém, qualquer revelação não canonica, com as boas obras, eu antes quizera a certeza das obras, que a da revelação; porque a revelação não me pôde salvar sem boas obras; e as boas obras **pódem-me** salvar sem revelação.* [p. 97]

d) *E porque considera Deus não os passos, senão as pégadas? Porque os passos passam, as pégadas ficam; os passos pertencem á vida que passou, as pégadas á conta, que não passa. Mas diferentemente não passa Deus pelo que nós tão facilmente passamos! Nós deixamos as pégadas de traz das costas, e Deus **tem-n'as** sempre diante dos olhos, com que as nota e observa: as pégadas para nós apagam-se, como formadas em pó, para Deus não se apagam, como gravadas em diamante.* [p. 121]

⁸ Os estudos mostram que a proporção relativa de ênclises em textos quinhentistas (e mesmo quatrocentistas) varia amplamente. No corpus utilizado por Martins (1994), formado de documentos notariais, atestam-se 0,16 de ênclises em contextos SV para o século 15, e 0,00 para o século 16 (ou seja, a próclise é aí a opção francamente generalizada). No corpus utilizado por Ribeiro (1996), formado de crônicas históricas, atestam-se 0,53 de ênclises em SV para o século 15 e 0,51 para o século 16.

As sentenças exemplificam um fato notável: os sujeitos pré-verbais seguidos de ênclises nos *Sermões* apresentam-se em contraste com outros termos da própria sentença, ou de um contexto próximo. Este contraste se explicita por oposições lexicais, como é o caso dos termos *Elles* e *Christo* em (1) acima, ou *Deus* e *os homens* em (2) acima.

A propriedade de contrastividade das construções enclíticas revela-se, nos *Sermões*, sem nenhuma exceção.

Ao comparar isso com o que se observa no texto de Alorna, GBPS não evidencia qualquer condicionamento textual claro para a ocorrência das construções com ênclises. Notem-se os exemplos a seguir; as ênclises atestadas no texto de Alorna podem ocorrer com sujeitos neutros (10a), e mesmo anafóricos (10b):

(10)

a) *Enfim, minha Senhora, a mesma delicadeza e pundonor de Vossa Alteza Real está interessada na escolha do meio que a pode fazer alcançar o que deseja e, aproveitando a licença que me dá para dizer o que entendo, tomo liberdade de supor-me por um momento no seu lugar e dizer-lhe o que eu faria, o que Vossa Alteza fará muito melhor que eu, e o que desejo que Vossa Alteza Real faça. Vossa Alteza Real julga-se ofendida e precisa despicar-se.*

b) *Fui imediatamente falar com uma das minhas amigas, a qual me comunicou que, tendo tido a resolução de perguntar a Sua Majestade se meu marido seria nomeado para algum dos lugares, Sua Majestade respondeu que eu ainda não tinha pedido nenhum. Esta resposta aclarou-me e, abolindo todos os meus antigos princípios, conheci que na nossa Côrte é preciso pedir e de pouco ou nada serve merecer.*

c) *A malícia tem armas para atacar tudo, mas o juízo também as tem para perceber e discernir o que convém. Esta reflexão lhe basta para, daqui por diante, saber quem deve aceitar ou recusar com algum pretexto sempre polido e que nem levemente ofenda o amor próprio de ninguém, porque desta atenção depende a paz e bom nome.*

Assim, embora os *Sermões* de Vieira e as *Cartas* de Alorna apresentem taxas comparáveis de ênclises (54% e 51% respectivamente, para o ambiente SV), as construções com ênclises no texto de Vieira são bem delimitadas em termos discursivos, enquanto no texto de Alorna a ênclise é não apenas freqüente, mas generalizada quanto ao contexto discursivo.

A associação entre ênclises e contrastividade atestada nos *Sermões* se tornou uma chave nessa análise, uma vez que às construções contrastivas do português pode se associar uma estrutura de adjunção (fundamentalmente, uma estrutura na qual o elemento contrastado, ou “tópico contrastivo”, está em uma posição externa à frase abstrata). Isso significa dizer que nessas construções, o constituinte primeiro da frase abstrata não é o elemento contrastado, mas o próprio verbo. Ora, a ênclise é a opção característica das construções verbo-iniciais em qualquer fase histórica do português falado na Europa.

Em resumo, portanto, as estruturas da ênclise média (representada aqui no texto de Vieira) e da ênclise moderna diferem, nesta análise, da seguinte maneira:

(11)

Português Médio: S #V-cl

Português Europeu: #S V-cl

(onde # é uma fronteira de frase)

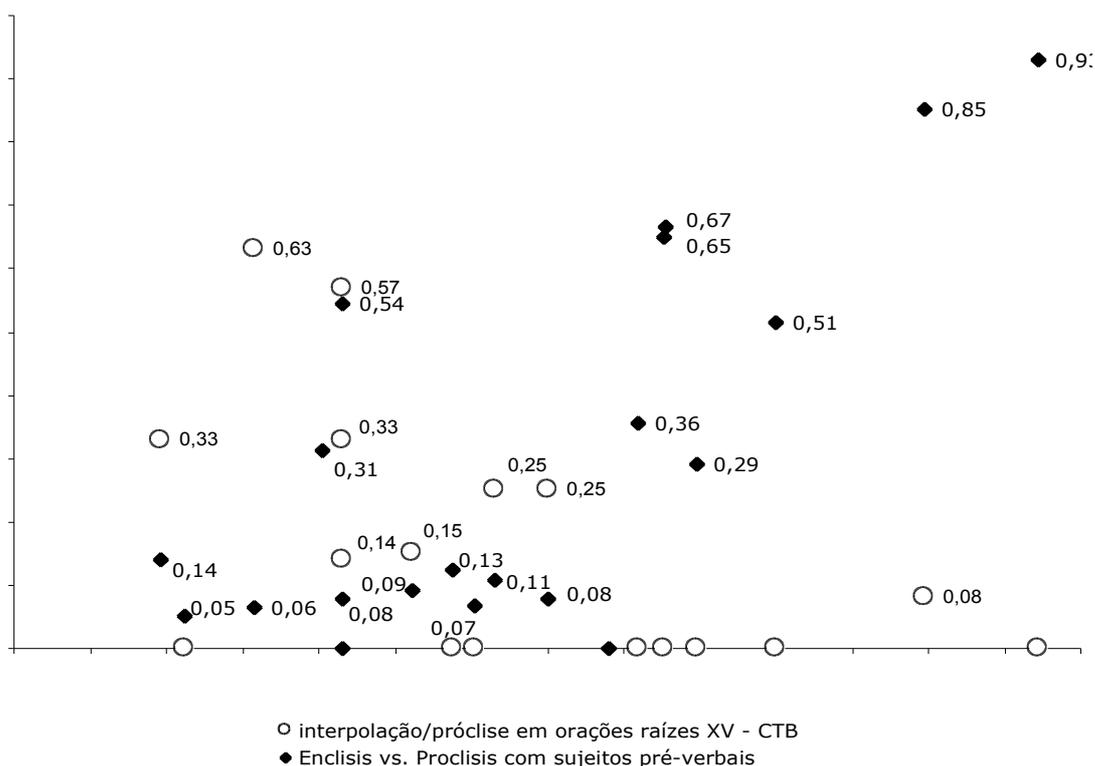
Para a análise completa desta hipótese estrutural, remetemos a Galves, Britto e Paixão de Sousa (2005). Neste momento importa explorarmos as repercussões dos dados variação ênclises *versus* próclises sobre a questão da periodização da língua. O fato central a ser observado, neste sentido, é que os padrões que consideramos característicos do Português Europeu moderno – ou seja, a ênclise em contextos SV neutros – podem ser observados já nos primeiros autores setecentistas estudados.

2.4 Queda da interpolação, aumento da ênclise

Concluimos esse breve resumo dos resultados dos nossos levantamentos de dados apontando para um último fato central: quando comparamos as tendências da taxa relativa ênclises versus próclises (descritas em 2.3) com as tendências de ocorrência de interpolação (descritas em 2.2), observaremos uma coincidência notável.

De fato: a inflexão na elevação da taxa de ênclises é contemporânea à inflexão na queda do uso da interpolação da negação em não dependentes neutras. É o que se observa na figura 5 abaixo:

Figura 5: Ênclises vs. Próclises & Interpolação, entre 1500-1900



Justamente nos primeiros anos dos 1700, nota-se portanto o início da generalização da ênclise e a concomitante queda (ou, quase, desaparecimento) da interpolação de constituintes generalizados do predicado.

A seguir, apresentamos nossa interpretação dos dados apresentados até este ponto no que se refere à periodização da língua.

3. Uma Periodização Revisitada

3.1 Cronologia das gramáticas do português

O levantamento dos dados dos diversos trabalhos trazidos neste artigo oferece evidências para a identificação de dois momentos principais de mudança nos padrões sintáticos dos textos, que interpretamos como reflexos de mudanças de gramáticas.

Os fatos relativos à interpolação foram importantes sobretudo para compreendermos a mudança cuja inflexão é a fronteira entre os séculos 14 e 15. Vimos que antes disso, a interpolação de constituintes generalizados do sintagma verbal é própria das orações dependentes com contigüidade (C-cl). Este

fenômeno reflete a preferência do clítico por uma posição adjacente à conjunção subordinante e é característico da gramática arcaica.

Nesta fronteira entre os séculos 14 e 15, novos contextos de interpolação da negação, bem como novos padrões de ordenação e contigüidade nas sentenças negativas com *cl-neg-V* começam a ser atestados. Logo em seguida na linha do tempo identificamos o desaparecimento do fenômeno da interpolação generalizada nos textos. Interpretamos estes fatos como indícios da emergência de uma nova gramática que intitulamos Português Médio. A interpolação dos diversos constituintes do sintagma verbal ainda atestada nos textos a partir desse período deve ser interpretada como variação no uso de formas em competição, uma vez que novos padrões de ordenação já foram indiciados nesta época.⁹

De outro lado, os fatos relativos à variação ênclises versus próclises são importantes sobretudo para compreendermos a mudança cuja inflexão é o início do século 18. A análise quantitativa das alterações nos padrões de frequência atestados em nosso Corpus, aliada a uma análise qualitativa dos dados, mostram-nos que a variação empírica entre ênclises e próclises deve ser compreendida diferentemente para os textos dos séculos 16 e 17, de um lado, e os textos do século 18 e 19, de outro. Nos textos representativos dos anos 1500 e 1600, trata-se de uma alternância possibilitada por uma mesma gramática (a gramática do Português Médio). Nos textos representativos dos anos 1700 e 1800, a variação é o efeito de uma competição de gramáticas (no sentido de Kroch 1994, 2001), que por sua vez evidencia a emergência da gramática do Português Moderno. Observamos, ainda, uma coincidência entre o declínio dos padrões de interpolação peculiares da negação e a elevação da frequência de ênclises – ambas as inflexões se dão na primeira metade dos 1700.

Nestes primeiros anos do século 18, identificamos a emergência da gramática característica do Português Europeu Moderno.

Resta observar, por fim, que nosso corpus principal (formado por textos escritos por autores portugueses) não possibilita que cheguemos a qualquer conclusão sobre a emergência da gramática do Português Brasileiro. Entretanto, para futuras reflexões sobre a diacronia do português do Brasil, nossa periodização deixa a seguinte contribuição: a gramática do Português Brasileiro deve emergir a partir da gramática do Português Médio – não do Português Europeu Moderno, nem do Português Arcaico.

3.2 A cronologia das gramáticas e a história da língua

Neste ponto voltamos mais uma vez nosso olhar para a periodização tradicional, buscando compreender como a história dos textos se articula com a sucessão das gramáticas tal como aqui propusemos.

Neste aspecto, encontramos na *Gramática Histórica* de Manuel Said Ali, publicada originalmente em 1921, uma interessante oportunidade de diálogo. Diz o gramático, na introdução de sua “*História Resumida da Língua Portuguesa*”:

“Ignora-se a data ou o momento exato do aparecimento de qualquer alteração lingüística. Neste ponto nunca será a linguagem escrita, dada a sua tendência conservadora, espelho fiel do que se passa na linguagem falada. Surge a inovação, formulada acaso por um ou poucos indivíduos; se tem a dita de agradar, não tarda a generalizar-se o seu uso no falar do povo. A gente culta e de fina casta repele-a, a princípio, mas com o tempo sucumbe ao contágio. Imita o vulgo, se não escrevendo com meditação, em todo o caso no trato familiar e falando espontaneamente. Decorrem muitos anos, até que por fim a linguagem literária, não vendo razão para enjeitar o que todo o mundo diz, se decide também a aceitar a mudança. Tal é, a meu ver, a explicação não somente de fatos isolados, mas ainda do aparecimento de todo o português moderno” (Said Ali, 1921).

Observemos que a idéia central encerrada neste trecho articula-se de modo interessante com formulação da Competição de Gramáticas. Ou seja: tendo surgido uma inovação lingüística (em geral, pela fonte da língua oral), ela tardará a se incorporar na escrita padrão. Gradualmente, entretanto, esta

⁹ A idéia central da competição de gramáticas, explorada no início do artigo é fundamental aqui.

incorporação passa a acontecer, até que por fim aquelas formas inicialmente inovadoras se tornam parte da língua como um todo (inclusive da linguagem literária)¹⁰.

Há portanto determinados períodos em que inovações lingüísticas surgidas da língua oral ainda não foram plenamente absorvidas ou incorporadas à linguagem escrita (mormente a literária). Estes espaços intermediários constituem justamente os pontos nos quais a periodização histórica e a perspectiva dos ciclos gramaticais não coincidem. A periodização histórica tem por objeto a língua, englobando também a língua escrita em suas diversas formas. Fará sentido, portanto, tomar como importante o momento em que a língua escrita sofre o impacto, ou incorpora as inovações¹¹. Já a perspectiva gramatical tem por objeto a gramática, um conceito que remete fundamentalmente à oralidade. Importa a esta perspectiva, portanto, compreender como surgem as inovações na língua falada – sendo seu problema central compreender as condições de aquisição que levaram à mudança. A incorporação gradual das inovações pelos textos é já, neste sentido, um resultado do processo de mudança.

Aqui se torna importante nos voltarmos para a questão dos critérios de datação dos textos. Como mencionamos brevemente mais acima, ao adotar a teoria da mudança no quadro gerativista pareceu-nos mais relevante considerar a cronologia das datas de nascimento que a cronologia das datas de produção. Esta escolha pode se revelar interessante para explorar esta idéia da defasagem entre a emergência da gramática e sua incorporação na escrita.

Lembramos neste ponto um fato observado por Paixão de Sousa (2004), a respeito de diferentes padrões de frequência analisados no mesmo grupo de textos que utilizamos no presente trabalho. Ao comparar as tendências de frequência agrupados por nascimento e produção, o estudo notou que “*A questão geral a se observar antes de tudo é que pelas datas de nascimento, os padrões mudam na fronteira do séculos 17 e 18; pela data de produção, mudam entre a primeira e a segunda metade do 18*” (Paixão de Sousa 2004:207). Tal conclusão faz sentido à luz do que afirmávamos acima, quanto à defasagem esperada entre os dois critérios de datação. Mas além disso, observa a autora, “*Mais interessante, entretanto, será notarmos que os padrões lingüísticos nos textos apresentam uma dinâmica mais clara se agrupamos os textos conforme as datas de nascimento dos autores, que se os agrupamos conforme a data em que são escritos*” (Paixão de Sousa 2004:207). O momento em que essa “*dinâmica mais clara*” nos dados agrupados por nascimento ficou mais claro foi justamente a virada dos anos 1700. Na primeira metade do século 18 (1700-1749), agrupam-se textos escritos por autores nascidos no século anterior e textos escritos por autores jovens nascidos já nos 1700. O “*solapamento de gerações*”, neste ponto crucial da cronologia, revela claramente que os textos “*setecentistas*” (*i.e.*, escritos nos 1700) mais conservadores são os escritos pelos autores nascidos nos 1600; e os textos setecentistas mais inovadores são aqueles escritos pelos autores nascidos já no próprio século 18¹².

Esta comparação das cronologias por nascimento e por produção indica, portanto, que uma reunião de textos que se considere “representativos” de determinado período, compreende na realidade um conjunto complexo de condicionantes gramaticais e condicionantes históricos. De fato, dessa contingência decorrem os desafios metodológicos da pesquisa histórica no quadro da teoria da gramática.

Não obstante, como indica A. Kroch, dessa complexidade pode surgir a própria relevância teórica dos estudos históricos para este quadro:

¹⁰ É verdade que o descompasso entre a escrita e a oralidade não se dá, necessariamente, apenas no sentido da conservação, mas pode bem ser o oposto, como observa Paixão de Sousa (2004). Será mais exato dizer que a pressão do conservadorismo é um bom conceito para se seguir no estudo das línguas de cultura modernas, onde operam fatores como a norma culta institucionalizada, o padrão literário, etc.

¹¹ Na *Gramática Histórica* de Said Ali, a questão da centralidade da linguagem escrita e sua repercussão na periodização por ele proposta fica evidente em trechos como o seguinte: “... *culmina o apuro e gôsto do português moderno n’Os Lusíadas (1572). É o século da Renascença literária, e tudo quanto ao depois se escreve é a continuação da linguagem desse período*”.

¹² Este efeito é significativo, na medida em que é característico desta virada de século. O agrupamento de autores de diferentes gerações no período anterior (1650-1699), por exemplo, não causa grandes diferenças nos dados; ou seja, autores nascido no início do 17, que escrevem em fins do mesmo século, apresentam padrões semelhantes aos autores que nascem na segunda metade do século, e então mesmo escrevem.

“... since the features of any language at a given point in time are the result of a complex interweaving general principles of language and particular historical developments, knowledge of the historical process which a language has reached a given state may be important to the proper assignment of responsibility historical and general factors, and so to the proper formulation of linguistic theory”. (Kroch, 1989:2)

Há por fim um último aspecto que vale considerar: o problema da exatidão dos limites em qualquer periodização. Para comentá-lo, novamente encontramos apoio nas palavras de Said Ali:

“*Limites entre os diversos períodos não podem ser traçados com rigor. Alterações lingüísticas não dependem do calendário, nem do ano em que o século acaba ou começa. O que devemos entender por linguagem quinhentista, seiscentista, etc., é a maneira de falar dominante em grande parte da respectiva era, ou nela principalmente. Dizeres peculiares a qualquer das épocas continuam muitas vezes a ser usados por alguns escritores do período seguinte*”. (Said Ali, 1921).

Naturalmente, tampouco no quadro teórico gerativista se deseja postular limites rígidos entre as etapas gramaticais, traçados “*pelo calendário*”. Antes de tudo, pela própria questão da complexa inter-relação entre fatores históricos e fatores abstratos em cada período delimitado – em especial quando se estuda a língua escrita. Mas mesmo abstraindo as particularidades da língua escrita, é admissível que em determinado contexto sincrônico estejam em vigor diferentes padrões dialetais, correspondentes a diferentes gramáticas – de modo que mesmo no plano da língua falada se encontre a convivência de mais de um padrão gramatical.

De fato, sendo a gramática um conceito mental e portanto individual, o máximo a que podemos fazer referência é um padrão de frequência de gramáticas individuais semelhantes. Em diferentes momentos, no curso de uma mudança, um ou outro tipo de gramática será preponderante na população (ou seja: mais gramáticas individuais coincidirão para um lado que para outro). O que podemos estudar, pela via dos textos, são os padrões mais representativos de cada época; eles podem ser as nossas pistas para compreender as condições para a emergência de diferentes gramáticas particulares em cada fase.

4. Palavras finais

A partir da investigação de fatos empíricos relativos à sintaxe dos clíticos pronominais, e à luz da teoria gerativa da gramática, propusemos aqui que na diacronia do português podem-se reconhecer três etapas gramaticais, a que chamamos o Português Arcaico, o Português Médio e o Português Europeu Moderno.

Ao Português Médio corresponde uma gramática que emerge entre os séculos 14 e 15, e cujas características serão progressivamente reveladas pelos textos escritos até inícios do século 16. Ao Português Europeu Moderno corresponde uma gramática que emerge no século 18 em Portugal, e cujas características serão gradualmente incorporadas nos textos até inícios do século 19.

Como desafio para futuras pesquisas, deixamos a reflexão sobre os condicionantes que levam à emergência de gramáticas inovadoras nos séculos 14 e 18.

5. Referências bibliográficas

CASTRO, Ivo (1991) – *Curso de história da língua portuguesa*. Lisboa: Universidade Aberta.

CHOMSKY, Noam (1957) – *Syntactic Structures*. Mouton, The Hague.

CHOMSKY, Noam (1986) – *Knowledge of language: Its nature, origin and use*. New York: Praeger.

CHOMSKY, Noam e LASNIK, Howard (1993) – “The theory of principles and parameters”. In: J. Jacobs, A. von Stechow, W. Sternfeld, T. Vennemann (eds): *Syntax: An International handbook of cointemporary Research*. Berlin/New York.: Walter de Gruyter.

CORPUS HISTÓRICO DO PORTUGUÊS TYCHO BRAHE – <http://www.ime.usp.br/~tycho/corpus>

- CUESTA, Pilar Vasquez e LUZ, Maria Albertina Mendes (1971) – *Gramática da Língua Portuguesa*. Tradução de Ana Maria Brito e Gabriela de Matos. Lisboa: Edições 70/Livraria Martins Fontes, 1ª edição em português, 1980.
- FIÉIS, Maria Alexandra (2001) – “Interpolação em Português Medieval como adjunção a XP”. In: *Actas do XVI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, Lisboa, APL, págs. 197-211.
- GALVES, Antonio, e GALVES, Charlotte (1995) – *A Case Study of Prosody Driven Language Change: From Classical to Modern European Portuguese*. http://www.ime.usp.br/~tycho/1998_2004/papers/lang_change.pdf.
- GALVES, Charlotte (2002) – “Syntax and Style: clitic placement in Padre Antonio Vieira”. In: *Santa Barbara Portuguese Studies*, vol. VI, no prelo, trad. port, "Sintaxe e estilo: a colocação de clíticos nos sermões do Padre Vieira”, in E. Albano, M.I. Hadler Coudry, S. Possenti & T. Alckmin (orgs.) *Saudades da Língua*, Mercado de Letras, 2003, pp. 245-260.
- GALVES, Charlotte, BRITTO, Helena e PAIXÃO DE SOUSA, Maria Clara (2005) – “Clitic Placement in European Portuguese: Results from the Tycho Brahe Corpus”. In: *Journal of Portuguese Linguistics, Vol 4 , n.1, Special Issue on variation and change in the Iberian languages: the Peninsula and beyond*. No prelo.
- GALVES, Charlotte, e PAIXÃO DE SOUSA, Maria Clara (2005) – “Clitic placement and the position of subjects in the history of European Portuguese”. In T. Geerts, I. Van Ginneken & H. Jacobs (orgs.) *Languages and Linguistic Theory 2003, Selected papers from 'Going Romance' 2003*, John Benjamins, 2005, pp. 93-107, no prelo.
- HUBER, Joseph (1986) – *Gramática do Português Antigo*. Lisboa: Gulbenkian.
- KATO, Mary Aizawa, e ROBERTS, Ian, orgs. (1996) – *Português brasileiro: Uma viagem diacrônica*. Campinas: Editora a Unicamp.
- KROCH, Anthony (1989) – “Reflexes of grammar in patterns of language change”. In: *Language Variation and Change*, Cambridge University Press, págs 199_244.
- KROCH, Anthony (1994) – “Morphosyntactic Variation”. In: *Papers from the 30th Regional Meeting of the Chicago Linguistics Society: Parassession on Variation and Linguistic Theory*.
- KROCH, Anthony (2001) – “Syntactic Change”. In: M. Baltin e C. Collins (eds): *The handbook of contemporary syntactic theory*. Blackwell.
- LIÃO, Duarte Nunes de (1606) – *Origem da lingua portvgvesa*. Biblioteca Nacional, <<http://purl.pt/50>>, 23/10/2005
- LIGHTFOOT, David (1991) – *How to set parameters: arguments from language change*. Cambridge: MIT Press.
- LIGHTFOOT, David (1999). *The development of language: Acquisition, change, and evolution*. Malden: Blackwell/Maryland lectures in language and cognition.
- MARTINS, Ana Maria (1994) – *Clíticos na história do português*. Tese de Doutoramento, Universidade de Lisboa.
- MARTINS, Ana Maria (1997) – “Mudança Sintática. Clíticos, negação e um pouquinho de Scrambling”. In: *Estudos Lingüísticos e Literários*, n.º 19, Salvador: Programa de Pós Graduação da Universidade Federal da Bahia.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virginia (1989) – *Estruturas trecentistas: Elementos para uma gramática do português arcaico*, Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda,
- MATTOS E SILVA, Rosa Virginia (1992) – “Para uma caracterização do período arcaico do português”. Em: *comunicação para a ABRALIN (1992)*, mimeo.
- MUIDINE, Soraia Aboo (2000) – *Os pronomes i e em(de) no português dos séculos XIII ao XVI*. Dissertação de Mestrado, Lisboa.
- NAMIUTI, Cristiane (2002) – “O Fenômeno da interpolação na história da colocação de clíticos do português”, em: *500. GEL*, São Paulo. CD-ROM
- NAMIUTI, Cristiane (2004) – “Interpolação, colocação de clíticos e mudança gramatical na história do português europeu”, projeto de doutorado apresentado à Fapesp.
- NAMIUTI, Cristiane (em curso) – “Interpolação, colocação de clíticos e mudança gramatical na história do português europeu”. Tese de Doutoramento em curso.
- PAIXÃO DE SOUSA, Maria Clara (2004) – *Língua Barroca: sintaxe e história do português nos 1600*. Tese de Doutoramento, Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas.
- PARCERO, Lucia (1999) – *Fronteamentos de Constituintes no Português dos séculos XV, XVI e XVII*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal da Bahia.
- RIBEIRO, Ilza (1995) *A sintaxe da ordem do português arcaico: o efeito V2*. . Tese de Doutoramento, Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas.
- RIBEIRO, Ilza (1996) – “Questões sobre a ordem dos constituintes no português arcaico e no português clássico”. In: *Boletim ABRALIN*, N.º 17.
- RIBEIRO, Ilza (1998) – “A mudança sintática do PB é mudança em relação a que gramática?”. In: A. Castilho (org.), *Para a história do português brasileiro*. Vol I: Primeiras idéias. São Paulo: Humanitas.

RIVERO, Maria Luiza (1994) – “Negation, imperatives and Wackernagel effects”. In: *Revista di Linguistica*..

RIVERO, Maria. Luiza (1997) – “On two locations for complement clitic pronouns: Serbo-Croatian, Bulgarian and Old Spanish”. In: A. Van Kemenade, N. Vicenti (orgs): *Parameters of morphosyntactic change*. Cambridge University Press.

SAID ALI, Manuel (1921) – *Gramática histórica da língua portuguesa*. São Paulo: Melhoramentos, 3ª edição, 1964.

TEYSSIER, Paul (1982) – *História da língua portuguesa*, Lisboa: Sá da Costa.

TORRES MORAES, Maria Aparecida, (1995) – *Do português clássico ao português moderno: um estudo da cliticização e do movimento do verbo*. Tese de Doutorado, Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas.